

## Referências bibliográficas

### Referências dos corpora

CARNEIRO, Dionísio Dias . Viagens e reformas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1997, p11.

FONSECA, Luís Pancada. A propósito dos durões. **Correio da Manhã**, Lisboa, 10 de Outubro, 1996, p. 23.

GARCIA, Luiz. Crime de quê? **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 de junho, 1996, p. 07.

GOUVEIA, Helena Ferro de. Hemut Kohl. **Público**, Lisboa, 21 de Janeiro de 2000, p.26.

LACÃO, Jorge. “Regionalizar, mobilizar”. **Expresso**, Lisboa, 12 de Outubro, 1996, 23.

KONDER, Leandro. “O amor e a política”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro, 1997, 06.

MAIA, César. “Terror, democracia e crime organizado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 de janeiro, 1997, 7.

MARTINHO, Isabel. “Directamente da cozinha para o Parlamento...”. **Público**, Lisboa, 13 de Outubro, 1996, 28.

MARTINS, Ives Gandra. “A não violência cristã”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2006 (versão eletrônica).

MATEUS, Maria Helena Mira. “Universidade-empresa: e as humanidades”. **Expresso**, 18 de Janeiro de 2001.

MEIRELES, Luísa. “Desmatamento interminável”. **Expresso**, Lisboa, 21 de fevereiro de 2006 (versão eletrônica).

MENEZES, Luís Filipe. “O Poder da Coragem. Regresso às origens”. **Correio da Manhã**, Lisboa, 23 de fevereiro de 2006 (versão eletrônica).

RATO, Vasco. “PP – uma crise inevitável”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 07 de Outubro, 1996, 11.

MOREL, Marco. “A missão de Hipólito”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 de julho, Caderno Prosa & Verso, 2002, 6.

RESENDES, Mário Bettencourt. “Cuidado, eles andam por aí...”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 23 de fevereiro de 2006 (versão eletrônica).

RIBEIRO, João Ubaldo. “Quem nasceu ontem?”. **O Globo**, 19 de junho de 2005, 7.

SARDENBERG, Carlos Alberto. "O cartel do governo". **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2006 (versão eletrônica).

SCHWARTSMAN, Hélio. "A esquerda morreu?". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 de fevereiro de 2006 (versão eletrônica).

UTZERI, Fritz. "Reflexões". **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 de junho de 2002, 10.

#### Referências do texto

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da obra em italiano Dizionario di Filosofia por Alfredo Bosi. São Paulo, Martins Fontes, [1971] 1999.

AFONSO, Ana Bela. "Da especificidade de alguns enunciados interrogativos (valores particulares com a ocorrência de *então*)". In: I. Castro (ed.), **Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Braga, 1996)**, 1997 25-46

\_\_\_\_\_. **Valores da interrogação: um estudo linguístico**. Viana do Castelo, Centro Cultural do Alto Minho, Cronos, 2000.

\_\_\_\_\_. "Dos valores retóricos". In: M.H.M. Mateus & C.N. Correia (orgs.), **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, número especial: Homenagem à Professora Maria Henriqueta Costa Campos**, Lisboa, Colibri, 2002, 19-26.

ALMEIDA, Maria Elisete. "O imperfeito e o *imparfait* numa perspectiva contrastiva". In: Clara Nunes Correia e Anabela Gonçalves (eds.), **Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 2000)**, 2001, 47-59.

APOSTEL, Leo. "De l'interrogation en tant qu'action". **Langue Française 52**, 1981, 23-43.

AUROUX, Silvain. "La philosophie linguistique d' Antoine Culioli". In: **La Théorie D' Antoine Culioli. Ouvertures et incidences**, Paris, Editions Ophrys, 1992, 39-59.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer. Palavras e ação**. Tradução do original em inglês **How to do things with words** por Danilo Marcondes de Souza Filho, Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

AZEREDO, José Carlos. "Aspectos semântico-textuais do nome e da nominalização". In: **Aulas de Português**, André Valente (Org.), Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

BAHIA, Juarez. 4ª Edição, revista e aumentada. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo, Editora Ática, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

BALLY, Charles. **Linguistique Générale et Linguistique Française**. Berne, A. Francke S.A., 1950.

BARBOSA FILHO. "Saber, Fazer e Tempo: uma nota sobre Aristóteles". In: Edgar da R. Marques, Ethel M. Rocha, Lia Levy, Luiz Carlos Pereira. Marcos A. Gleiser e Ulysses Pinheiro (orgs.) **Verdade, Conhecimento e Ação - Ensaios em homenagem a Guido Antonio de Almeida e Raul Landim Filho**. São Paulo, Editora Loyola, 1999, 15-24.

BARNES, J. "Evidentials in the Tuyuca verb", **International Journal of American Linguistics** 50, 1984, 255-271.

BASILIO, Margarida. "Aspectos da representação lexical de formas derivadas". In: **Palavra**, Revista do Departamento de Letras da PUC-Rio, 1994, 7-16.

BECHARA, Evanildo. Edição revista e ampliada. **Moderna gramática do português**. Rio de Janeiro, Editora Lucena, 1999.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Néri do original em francês **Problèmes de linguistique générale**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

BOLÉO, Manuel de Paiva. "Os valores temporais e modais do futuro imperfeito e do futuro perifrástico em português". In: **Separata de "Biblos"** – vol. XLI da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1973, 03-31.

BOMFIM, Eneida. **Advérbios**. São Paulo, Editora Ática, 1988.

BORBA, Francisco da Silva. **Teoria sintática**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 1979.

BOUACHA, Ali Magid. **Les Discours Universitaires**. Berne, Peter Lang, 1984.

\_\_\_\_\_. "Le discours médiatique et ses vérités. Analyse linguistique d'une chronique du journal: Le Monde". In: M. H. A. Carreira (dir.), **Faits et effets linguistiques dans la presse actuelle**, Paris, Université Paris 8, 1999, 23-36.

BOUSCAREN, Janine, MOULIN, M. & ODIN, H. **Pratique raisonnée de la langue**. Paris, Ophrys, 1996.

BRES, Jacques. "Habiter le temps: le couple imparfait/passé simple en français". **Langages**, 127, 1997, 77-95.

BURNETT, Lago. **A língua envergonhada e outros escritos sobre comunicação**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1976.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Princípios de Lingüística Geral**. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1970.

\_\_\_\_\_. **Dispersos de J. Mattoso Câmara Junior**. Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchoa. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de Filologia e Gramática**. 6ª Edição refundida e aumentada Rio de Janeiro, J.Ozon Editor, 1974.

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa. Abordagem enunciativa de um subsistema do sistema modal do português: os verbos DEVER e PODER. Dissertação de

Doutoramento (inédita), Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989.

\_\_\_\_\_. "Semântica e Enunciação. Conteúdos programáticos". Relatório apresentado a concurso para Professor Associado de Semântica. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993.

\_\_\_\_\_. "Abordagem semântico-enunciativa de alguns problemas gramaticais". In: *Máthesis 3*, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Letras, Viseu, 1994, 137-150.

\_\_\_\_\_. "Sobre a modalidade". In: A.M. Brito, F. Oliveira, I. P. Lima & R. M. Martelo (eds.), *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto, Campo das Letras, 1997a., 539-545.

\_\_\_\_\_. *Tempo, aspecto e modalidade. Estudos de Linguística Portuguesa*. Porto, Porto Editora, 1997b.

\_\_\_\_\_. "Transcategorialidade e Significação". In: S. P. Bernardo & V. C. de Menezes (orgs.), *Estudos da Linguagem: Renovação & Síntese. Anais do VIII Encontro da Associação de Estudos Lingüísticos do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, 1998)*, Rio de Janeiro, Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro, 1998a., 410-422.

\_\_\_\_\_. *Dever e Poder. Um subsistema modal do Português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1998b..

\_\_\_\_\_. "Enunciação mediatizada e operações cognitivas". In: A. S. da Silva (org.), *Linguagem e Cognição. A perspectiva da Linguística Cognitiva. Actas do Encontro da Primavera da Associação Portuguesa de Linguística: Linguagem e Cognição (Braga, 2000)*, 2001, 325-340.

\_\_\_\_\_. "A modalidade apreciativa: uma questão teórica". In: Fátima Oliveira & Isabel Margarida Duarte (Orgs.) *Da língua e do discurso*. Porto, Campo das Letras, Editores S. A., 2004.

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa & CORREIA, Clara Nunes. "A negação polémica num *corpus* de diálogo". In: A.C.M. Lopes & C. Martins (eds.), *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Aveiro, 1998)*, 1999, 241-247.

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa & XAVIER, Maria Francisca. *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa, Universidade Aberta, 1991.

CARLIER, AN. "Généricité du syntagme nominal sujet et modalités". In: *Travaux de linguistique – Généricité, spécificité et aspect – Revue Internationale de Linguistique Française* 19, 1989, 33-55.

CASCAIS, Fernando. *Dicionário de jornalismo: as palavras dos media*. Lisboa, Verbo Editorial, 2001.

CERVONI, Jean. *A enunciação. Tradução do original em francês L' énonciation por L. Garcia dos Santos*. São Paulo, Editora Ática, 1989.

CHAFE, W. & NICHOLS, J. Evidentiality: The Linguistic Coding of Epistemology, *Advances in Discourse*, vol. XX, Norwood-New Jersey: Albex Publishing Corporation, 1986.

CHISS, Jean-Louis. *Fondations de la linguistique. Études d'histoire et d'épistémologie*. Louvain-la-Neuve, Edition Duculot, 1997.

\_\_\_\_\_. "La stylistique de Charles Bally: de la notion de sujet parlant à la théorie de l'énonciation". In: *Fondations de la linguistique. Études d'histoire et d'épistémologie*, Bruxelles, 1997, 147-157.

COMRIE, Bernard Aspect. Cambridge, G.B., Cambridge University Press, 1976.

CORREIA, Clara Nunes Quantificação-qualificação em sintagmas nominais. Dissertação de Doutorado. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998a.

\_\_\_\_\_. "O valor dos determinantes em português europeu". In: *Atte del XXI Congresso Internazionale di Linguística e Filologia Romanze*, Max Niemeyer, Tübingen, 1988b, 157-167.

COSTA, Maria Elisabeth de Andrade. A noção de Antoine Culioli. Dissertação de Mestrado (inédita). Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

COVENEY, Aidan. "L'approche variationniste et la description de la grammaire du français: le cas des interrogatives". *Langages* 115, 1996, 88-100.

CULIOLI, Antoine. "La formalisation en linguistique". *Cahiers pour l'analyse - 9, Généalogie des sciences*, 1968, 106-117.

\_\_\_\_\_. Rubriques linguistiques de l'Encyclopédie Alpha, Paris, Grange-Batelière, 1971.

\_\_\_\_\_. "Théorie du langage et théorie des langues". In: *Actes du Colloque de Tours*, diffuse par les éditions Peeters, Louvain, 1983, 77-88.

\_\_\_\_\_. Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations. *Tome 1*, Paris, Ophrys, 1990.

\_\_\_\_\_. "Ouverture". In: *La Théorie D'Antoine Culioli. Ouvertures et incidences. Actes de la table ronde "Opérations de repérage et domaines notionnels"*, organisée par le groupe "Invariants langagiers" de l'URA 1028, Université de Paris, Mai-juin 1991, 1992, 03-15.

\_\_\_\_\_. "Qu'est-ce qu'un problème en linguistique? *Etude de quelques cas*". In: *Cahiers de quelques de l'ILSL*, n° 6, Paris, 1995, 7-15.

\_\_\_\_\_. Pour une linguistique de l'énonciation. Domaine notionnel. *Tome 3*, Paris, Ophrys, 1999a.

\_\_\_\_\_. "Déjà". In: C. Cortés & A. Rousseau (éds.), *Catégories & Connexions*, Villeneuve d'Ascq du Septentrion, Paris, Presses Universitaires, 1999b 357-360

\_\_\_\_\_. Pour une linguistique de l'énonciation. Formalisation et opérations de repérage. *Tome 2*, Paris, Ophrys, 1999c.

\_\_\_\_\_. Variations sur la linguistique. Entretien avec Frédéric Fau. Préface et notes de Michel Viel, Saints-Geosmes, Klincksieck, 2002.

CUNHA, Celso. Gramática do português contemporâneo, Belo Horizonte, Ed. Bernardo Álvares, 1975.

DARRAULT, Ivan. "Présentation", *Langages* 43, 1976, 3-9.

DELAVEAU, Annie. "Si, la syntaxe et le point de vue des positions". In: A. Culioli *et alii* (eds), *La Théorie d'Antoine Culioli. Ouvertures et incidences*, Paris, Ophrys, 1992, 107-121.

DIAS, Augusto Epiphanyo da Silva. 5ª Edição. *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1970.

DOTA, Maria Inez Mateus. *Das estratégias de leitura às operações enunciativas: a modalidade*. Tese de Doutorado (inédita). Araraquara, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP, 1994.

\_\_\_\_\_. "O processo de leitura e as operações enunciativas de Antoine Culioli". In: ALFA – Revista de Lingüística. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista / UNESP, 1995.

DOVIFAT, Emil. *Periodismo*, tomo I e II, México, 1959.

DUBOIS, Jean *et alii*. *Dicionário de Lingüística*. Direção e coordenação geral da tradução brasileira Izidoro Blikstein do original em francês *Dictionnaire de Linguistique*. São Paulo, Editora Cultrix, 1973.

FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. London: Longman, 1989.

FERRARI, Lílian Vieira. "Modalidade e condicionalidade no português do Brasil". In: R.V. Castro & P. Barbosa (eds.), *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Faro, 1999), 2000, 459-476.

FIGUEIREDO, Rubens & CERVellini O que é opinião pública. São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo, Editora Ática, 1996.

FISHER, Sophie. *Énonciation: manières et territoires*. Paris, Ophrys, 1999.

FONSECA, Fernanda Irene. "Linguística Aplicada ou Linguística Aplicável". In: *A Linguística na Formação do Professor de Português*. Fernanda Irene Fonseca, Isabel Margarida Duarte e Olívia Figueiredo (orgs.), Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2001, 15-26.

FONSECA, Joaquim. *Linguística e Texto/Discurso: Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação, 1992.

\_\_\_\_\_. "Le discours d'opinion dans la presse écrite portugaise: étude d'un cas". In: Maria Helena Araújo Carreira (dir), *Faits et effets linguistiques dans la presse actuelle*. Paris, Université Paris 8, 1999, 37-71.

\_\_\_\_\_. "«VIVA A GUINÉ-BISSAU»: A construção do sentido e da força persuasiva do discurso", 2001, versão eletrônica.

FONTCUBERTA, Mar de. A notícia: pistas para compreender o mundo. Trad. e prefácio de Fernando Cascais, Lisboa, Notícias Editorial, 2002.

FRANCKEL, Jean-Jacques & LEBAUD, Daniel. Les figures du sujet. A propos des verbes de perception, sentiment, connaissance. Paris, Ophrys, 1990.

FRANCKEL, Jean-Jacques & PAILLARD, Denis. "Aspects de la théorie d'Antoine Culioli". *Langages* 129, 1998, 52-63.

FRANCO, António C. Descrição linguística das partículas modais no português e no alemão. Coimbra, Editora Coimbra, 1991.

FREYRE, Gilberto. "O Pan-Brasileiro Assis Chateaubriand". In: G. Freyre (org.) *O pensamento de Assis Chateaubriand - Artigos publicados em 1951*, vol. 28, Rio de Janeiro, Editora Globo, 2000, 17-26.

FUCHS, Catherine. "O sujeito na teoria enunciativa de Antoine Culioli: algumas referências". In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 7, 1984, 77-85.

GARCIA, Luiz. Manual de redação e estilo do Jornal O Globo. 25ª edição. São Paulo, Editora Globo, 1995.

\_\_\_\_\_. "Opinião no jornalismo". Palestra proferida no Departamento de Letras da PUC-Rio, em 14/06/98, Rio de Janeiro, 1998.

GERALDI, João Wanderley. 4ª edição. *Portos de passagem*. São Paulo, Martins Fontes, [1991] 1997.

GILBERT, Eric. "La théorie des opérations énonciatives d'Antoine Culioli". In: *Les théories de la grammaire anglaise en France*. Paris, Hachette, 1993, 63-96.

GREIMAS, A. J. "Pour une théorie des modalités". *Langages* 43, 1976, 90-107.

GRÉSILLON, Almuth. "Interrogation et interlocution". *DRLAV – 25, Dans le champ pragmatique-énonciatif*, Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, 1981, 61-70.

GRÉSILLON, Almuth & LEBRAVE Jean-Louis. "Qui interroge qui et pourquoi?" In: A. Grésillon & J.-L. Lebrave (dir.) *La langue au ras du texte*, Presses Universitaires de Lille, 1984.

GROUSSIÉRE, M.-L. & RIVIERE, C. *Les mots de la linguistique. Lexique de linguistique énonciative*. Paris, Éditions Ophrys, 1996.

GUENTCHÉVA, Zlatka. "Interactions entre le médiatif et la personne". *Faits de Langues*, 3, 1994, 138-148

GUENTCHÉVA, Zlatka *et alii*. "Introduction". In: Zlatka Guentchéva (ed.) *L'énonciation médiatisée*, Louvain-Paris, Peeters, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. "História, sujeito, enunciação". *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 35, jul./dez., 1998, 109-116.

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. São Paulo, Editora Ática, 2000.

HORN, Laurence R. . "Remarks on neg-raising". In COLE, Peter (ed.). 1978. *Syntax and Semantics 9: Pragmatics*. New York: Academic Press, 1978, 129-219.

ILARI, Rodolfo. A expressão do tempo em português. São Paulo, Editora Contexto, EDUC, 1997.

\_\_\_\_\_. Introdução à semântica – brincando com a gramática. São Paulo, Editora Contexto, 2002.

ILARI, Rodolfo & GERALDI, João Wanderley. Semântica. São Paulo, Editora Ática, 1985.

JAPIASSÚ, Hilton & MARCONDES, Danilo. 3ª Edição revista e ampliada. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

KALINOWSKI, Georges. "Un aperçu élémentaire des modalités déontiques". *Langages* 43, 1976, 10-18.

KATO, Mary & CASTILHO, Ataliba. "Advérbios modalizadores: um novo núcleo predicador?". *DELTA*, São Paulo, volume 7, nº 1, 1991, 409-423.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. "Déambulation en territoire aléthique". In: A. Berrendonner (éd.), *Stratégies discursives*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1978, 51-102.

LAKOFF, R. "The Pragmatics of Modality". In: *Papers from the 8<sup>th</sup> Regional Meeting*, Chicago Linguistic Society, 1972, 229-246.

LE GOFFIC, Pierre. "Propositions relatives, *DRLAV – 21*, *Mélanges de syntaxe et sémantique*, 1979, 135-145.

LE QUERLER, Nicole. *Typologie des modalités*. Caen, Presses Universitaires de Caen, 1996.

LOFFLER-LAURIAN, Anne-Marie. "A ênfase na imprensa. Os títulos dos jornais: transferências ou transformações?". In: *Tradução Maria Ângela Botelho Pereira, Análises lingüísticas*. Petrópolis, Editora Vozes, 1975, 92-147.

LOPES, Oscar. *Gramática simbólica do português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

LYONS, John. *Introdução à lingüística teórica*. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel, do original em inglês *Introduction to Theoretical Linguistics*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.

\_\_\_\_\_. *Linguistic Semantics. An introduction*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

MACAMBIRA, José Reboças. *Português estrutural*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1991.

MAINGUENEAU, Dominique. *Aborder la linguistique*. Paris, Éditions du Seul, 1996.

\_\_\_\_\_. *Os termos-chave da Análise do Discurso*. Lisboa, Gradiva. Tradução portuguesa de Maria Adelaide P.P. Coelho da Silva do original em francês *Les termes clés de l'analyse du discours*, 1997.

MALMBERG, Bertil. *As novas correntes da lingüística: uma orientação à lingüística moderna*. São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da

Universidade de São Paulo. Tradução de Francisco da Silva Borba do original em francês *Les nouvelles tendances de la linguistique*, 1971.

MATEUS, Maria Helena Mira *et alii*. Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa, Editorial Caminho, 2003.

MEDEIROS, João Bosco. 13ª edição. Correspondência. Técnicas de Comunicação Criativa. São Paulo, Editora Atlas, 1999.

MELO, José Marques de. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis, Editora Vozes, 1985.

MEUNIER, André "Modalités et communication". *Langue Française* 21, 1974, 8-25.

MEYER, Michel. "Présentation". *Langue Française*, 52, 1981a, 3-4.

\_\_\_\_\_. "La conception problématique du langage". *Langue Française* 52, 1981b, 80-99.

MEYER, Rosa Marina Brito. Discurso: modalização e adesão. Dissertação de Mestrado (inédita), Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1980.

MICHELS, Sonia "Les figures de la "concession". In: A. Englebert, M. Pierrard, L. Ronier & D. V. Raemdonck, *Actes du XXIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, volume VI (Bruxelles, 1998), Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 2000, 361-370.

MIOTO, Carlos. "Construções interrogativas: elementos para uma análise do português do Brasil". In: Ch. Galves (org.), *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 17, Campinas, UNICAMP/IEL, 1989.

MORENO, António. "Negação e estrutura da relação predicativa: a propósito de *nada*". In: E. Gärtner, C. Hundt & A. Schönberger (eds.), *Estudos de gramática portuguesa (I)*, Franckfurt am Main, TFM, 2000, 165-183.

MOIRAND, Sophie. *Situations d'Écrit*. Paris, Clé International, 1979, 175

NEVES, Janete dos Santos Bessa. "Para a interpretação do futuro como marcador enunciativo de modalidade". In S.P. Bernardo; V.C. Menezes (orgs.), *Estudos da Linguagem: Renovação & Síntese. Anais do VIII Congresso da ASSEL-RIO* (Rio de Janeiro, 1998), Rio de Janeiro, ASSEL-RIO, 1998, 448-455.

\_\_\_\_\_. "Por uma uma visão enunciativa da interrogação: um estudo da modalidade no artigo jornalístico de opinião» in Eberhard Gärtner, Christine Hundt & Axel Schönberger (eds.), *Estudos de gramática portuguesa (I)*, Franckfurt am Main, TFM, 2000, 99-118.

\_\_\_\_\_. "Para o estudo do pré-construído com valor modal". In: M.H.M. Mateus & C.N. Correia (orgs.), *Saberes no Tempo Homenagem à Professora Maria Henriqueta Costa Campos*, Lisboa, Colibri, 2002, 409-416.

\_\_\_\_\_. "Mediativo e jornalismo". In Tiago Freitas & Amália Mendes (orgs.), *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Lisboa, 1, 2, e 3 de Outubro de 2003), Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 2004, 615-622.

NEVES, Janete dos Santos Bessa & OLIVEIRA, Teresa. "Estratégias linguísticas de distanciamento no discurso jornalístico: as construções mediatizadas". In L. R. Miyares; C. E. Alvarez Moreno; M. R. Alvarez Silva (orgs.), *Actas del VIII Simpósio Internacional de Comunicación Social* (Janeiro de 2003), Santiago de Cuba, Centro de Linguística Aplicada, 2003, 823-827.

OLIVEIRA, Fátima. "Questões sobre Modalidade em Português". In: *Cadernos de Semântica*, 15, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1993, 01-29.

OLIVEIRA, Teresa. *Construções relativas: uma proposta transcategorial*. Dissertação de Mestrado inédita, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1997.

\_\_\_\_\_. "Para uma abordagem enunciativa do conjuntivo". In: R. Castro & P. Barbosa (orgs.), *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Faro, 1999), 2000, 105-116.

\_\_\_\_\_. "O futuro e o condicional como marcadores de mediativo". In: C. Nunes Correia & A. Gonçalves, *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Coimbra, 2000), 2001, 403-414.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. São Paulo, Editora Ática S.A, 1995.

PINTO, Milton José. *Análise semântica de línguas naturais: caminhos e obstáculos*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1977.

\_\_\_\_\_. *As marcas linguísticas da enunciação*. Rio de Janeiro, Editora Numen, 1994.

PONTHIEU, Gerard. *O jornalismo em 30 perguntas e respostas*. Lisboa, INDE – Intercooperação e Desenvolvimento – Comissão Europeia. Tradução de Cristina Belo com Maria Soares Cardoso do original em francês *Le métier de journaliste em 30 questions-réponses*, 2000.

POTTIER, Bernard. "Sur la formulation des modalités en linguistique". *Langages* 43, 1976, 39-63.

\_\_\_\_\_. "Le système verbal et les modalités discursives". In: A. Englebert, M. Pirrard, L. Rosier, D. Van Raemdonck (éds.), *La ligne claire. De la linguistique à la grammaire. Mélanges offerts à Marc Wilmet à l'occasion de son 60e anniversaire*. Paris, Duculot, 1998, 229-234.

\_\_\_\_\_. *Représentations mentales et catégorisations linguistiques*. Paris, Éditions Peeters, 2000.

QUEIROZ, Ana Maria Vieira. *A modalização epistêmica no discurso dos editoriais jornalísticos*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa (inédita). Rio de Janeiro. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

QUINE, Willard Van Orman. [1960] 20ª Edição. *Word and object*. Cambridge, MIT Press, 1994.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. "Posso fazer uma pergunta? (Ou, Uma emenda ao conceito de ato de fala indireto)". In: IX Anais de Seminários do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, Batatais, SP, 1984, 83-87.

RAMOS, Rui. "O discurso de opinião como discurso polêmico – aspectos da sua configuração e da interação social". In: Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, vol. 14 (1-2), 2000, 235-247.

RODRIGUES, Helena Isabel da Rocha Alzamora. Valores e marcadores de posterioridade na Língua Portuguesa. Dissertação de Mestrado, inédita, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

RODRIGUES, Maria da Conceição Carapinha. "A sequência discursiva *pergunta-resposta*". In: Fonseca, Joaquim (org.), **A organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre os Português**. Tomo II, Porto, Porto Editora, 1998.

ROJO, Guillermo. "Relaciones entre temporalidad y aspecto en el verbo español". In: I. Bosque (ed.), **Tiempo y aspecto en español**, Madrid, Ediciones Cátedra, 1990, 17-40.

RIDRUEJO, Emilio. "Modo y modalidad. El modo en las subordinadas substantivas". In: I. Bosque & V. Demonte, **Gramática descriptiva de la Lengua Española. Las construcciones sintácticas fundamentales – Relaciones temporales, aspectuales y modales**, Madrid, Editorial Espasa, 1999, 3209-3251.

SAID ALI, Manuel. **Dificuldades da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1966.

\_\_\_\_\_. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo, Cia Melhoramentos Ltda. / Brasília, Universidade de Brasília, [1921]2001.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. **Polysemy, Aspect and Modality in Brazilian Portuguese: The Case for Cognitive Explanation of Grammar**. Tese de Doutorado (inédita), University of California at Berkeley, 1990.

SEARLE, John R. **Mente, linguagem e sociedade: filosofia**. Tradução do original em inglês **Mind, language and society** por F. Rangel. Rio de Janeiro, Editora Rocco Ltda[1998], 2000.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. "Significação e texto". In: IX Anais de Seminários do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, Batatais, SP, 1984, 21-26.

SIMONIN, Jenny. "Les repérages énonciatifs dans les textes de presse". In: A. Grésillon & J.-L. Lebrave (dir.) **La langue au ras du texte**, Presses Universitaires de Lille, 1984, 133-203.

SOUSA, Otilia da Costa & ARAÚJO, Sílvia. "Imperfeito português e condicional francês: valores modais". In: R. Castro & P. Barbosa (orgs.), **Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística (Faro, 1999)**, vol. II, 2000, 559-573.

TENGARRINHA, José 2ª Edição revista e aumentada. **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa, Ed. Caminho, 1989.

VAN DJIK, Teun A. "Semântica do discurso e ideologia" , in: E. R. Pedro (org.), **Análise do Discurso - uma perspectiva sociopolítica e funcional**, Lisboa, Caminho Editora S.A., 1997

VALENTIM, Helena Topa. **Predicação de existência e operações enunciativas**. Lisboa, Edições Colibri, 2001

\_\_\_\_\_. "Verbos de opinião e verbos de conhecimento". In: M.H.M. Mateus & C.N. Correia (orgs.), **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, número especial: Homenagem à Professora Maria Henriqueta Costa Campos**, Lisboa, Colibri, 2002, 541-547.

VOGÜE, Sarah de. "Si, la syntaxe et le point de vue des opérations". In: A. Culioli et alii (eds), **La Théorie d'Antoine Culioli. Ouvertures et incidences**, Paris, Ophrys, 1992,122-144

VOGÜÉ, Sarah de. "La transitivité comme question théorique: querelle entre la Théorie des Positions de J. C. Milner et la Théorie des Opérations Prédicatives et Enonciatives d'Antoine Culioli", LINX 24, **Sur la Transitivité dans les langues**, 1991, 37-65.

XAVIER, Maria Francisca & MATEUS, Maria Helena Mira (orgs) **Dicionário de Termos Linguísticos**, Vol. II, Lisboa, Edições Cosmos,1992.

WEINREICH, Uriel, "Pesquisas em teoria semântica". In: **A semântica na lingüística moderna: o léxico**. Seleção, introdução e revisão técnica de Lúcia Maria Pinheiro Lobato, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1977

## **ANEXOS**

## TEXTO 1

Correio da Manhã - 2006-02-23 - 17:00:00

**O Poder da Coragem****Regresso às origens**

Luís Filipe Menezes

A semana passada publiquei um texto no meu blogue, onde, a propósito do próximo Congresso do PSD, reflectia sobre a importância da organização estatutária dos partidos, enquanto instrumento mobilizador e moralizador da actividade política.

Dias depois, Vasco Pulido Valente, na sua excelente e habitual crónica num jornal diário, desvalorizava a importância da questão estatutária, remetendo-a para os assuntos menores da vida interna dos partidos.

Em contrapartida, criticava a ausência no PSD de uma estratégia de Oposição credível e de um projecto alternativo de modelo de governação.

Não posso deixar de, em geral, concordar com ele. Contudo, a questão estatutária está longe de ser uma questão menor.

Na década de 70, os portugueses manifestavam-se em massa na rua, disputavam com ardor o poder nos sindicatos, nas ordens profissionais ou mesmo nas pequenas colectividades.

Na década de 80, ainda enchiam praças e avenidas e frequentavam com militância as sedes dos partidos. Na década de 90, iniciou-se o progressivo processo de alheamento da vida política, que se traduz, hoje, em sedes partidárias desertas, campanhas eleitorais mornas e descoloridas e índices elevados de abstenção em quase todas as eleições.

Na década de 70, os ventos de liberdade e dos ‘dias da brasa’ eram suficientemente mobilizadores. Dez anos depois, o combate ideológico ainda marcava a sociedade portuguesa e mantinha acesa a chama da intervenção política.

A partir dos anos 90, as ideologias foram enterradas ou anestesiadas e substituídas pela ideia de um modelo único de economia liberal de mercado. Em paralelo, novos padrões civilizacionais passaram a determinar a vida dos cidadãos.

Os canais por cabo, a internet, a indústria do lazer a custos cada vez mais atractivos, tornaram antiquados os serões de debate político em sedes partidárias sombrias. A mediatização de ‘casos’ que atingiram dirigentes políticos completaram o ‘bouquet’ que conduziu muitos cidadãos antes empenhados a alhearem-se e, mesmo, a rejeitarem um envolvimento na vida político-partidária.

Qual a poção mágica capaz de tornar de novo apetecível aos olhos do cidadão uma intervenção no espaço público? Parece-me que a resposta é óbvia: a consciência de que podem passar a decidir o seu futuro através de uma participação efectiva na escolha dos seus representantes e de um contributo real na definição das principais orientações políticas.

Daí a importância dos estatutos. É necessário permitir a todos os que militam nos partidos a escolha dos seus líderes, dos candidatos a câmaras, juntas e Parlamento. É indispensável utilizar a figura do referendo interno para definir grandes orientações sectoriais.

O que pensa o PSD sobre energia nuclear? E sobre a gravidez medicamente assistida? E sobre a clonagem? E sobre o actual papel do Estado na

economia? E sobre o papel da iniciativa privada nos sistemas educativos e de saúde? Sobre o futuro da Segurança Social? Ninguém sabe.

O PSD reúne, em Março, o Congresso. É uma boa oportunidade para regressar às características que o fizeram o maior e o mais português de todos os partidos políticos: coragem, premonição e atitude reformista. Antes que seja tarde.

## TEXTO 2

Diário de Notícias - 23.02.06

Cuidado, eles andam por aí...

**Mário Bettencourt Resendes**

Não é necessário ser jurista para entender que está em curso um processo de alterações legislativas que configura o mais sério risco de limitação à liberdade de imprensa desde Abril de 1974. E espanta que os patrocinadores dessas inovações sejam o Governo e os deputados do Partido Socialista, que justificadamente reclama o título de combatente de primeira linha em prol desse património fundamental de uma democracia pluralista.

As deficiências de sigilo que aconteceram nos últimos tempos em alguns casos mais mediáticos, e que trouxeram à tona lacunas e incompetências dos responsáveis pela investigação judicial, propiciaram, uma vez mais, a culpabilização do mensageiro. Estava encontrado o caminho para se programar uma alteração ao Código Penal que aponta para que os jornalistas possam ser punidos criminalmente por, supostamente, colocar "em perigo" uma investigação. É uma via de arbítrio e de subjectividade, que a memória remete para o famigerado artigo oitavo da Constituição de 1933, com toda a sua panóplia de adversativas e regulamentações de enquadramento.

O disparate que por aí vai inclui alguns contornos surreais, como seja a proposta da bloquista Ana Drago, que quer transferir dos jornalistas para as empresas a responsabilidade de violação da lei. Neste seu afã de simpatia para com a classe, a senhora deputada distraiu-se e ignorou que está a abrir a porta para legitimar o controlo empresarial sobre os conteúdos editoriais.

Num país compreensivelmente preocupado com o desemprego, o défice da Segurança Social, a gripe das aves e outras coisas sérias, como as guerras religiosas - e entretido com o lazer a que também tem direito -, esta ofensiva do poder político sobre a liberdade de expressão não tem merecido a atenção adequada.

É provável, portanto, que os partidos - o PS tem companhia... - contem com alguma disponibilidade da opinião pública para aceitar a missão de "meter na ordem a rapaziada dos jornais", propensa a "abusar" da liberdade para atingir alguns "respeitáveis" interesses instalados.

Faça-se justiça a este jornal, que tem sido persistente na abordagem do tema, bem como à coragem cívica e democrática de juristas prestigiados (por exemplo, Daniel Proença de Carvalho e Jorge Bacelar Gouveia), que não hesitaram em alertar para a gravidade dessas eventuais alterações legislativas, susceptíveis, de acordo com opinião abalizada, de ir contra a letra e o espírito da Constituição da República - para além de configurarem uma violação flagrante do Estatuto do Jornalista.

Mas há mais. A lei que cria a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) estabelece funções de fiscalização para os respectivos funcionários, que são equiparados a agentes de autoridade (mais uma polícia?). Entre as suas prerrogativas está "aceder às instalações, equipamentos e serviços das entidades sujeitas à supervisão e regulação da Entidade Reguladora" (porque será que o

nome me causa alergia?), bem como "requisitar documentos para análise e requerer informações escritas".

Tudo isto - um verdadeiro escândalo em matéria de Estado de direito - sem a necessidade de mandado judicial. Para quando a próxima rusga a uma Redacção, agora que nem sequer é necessária a intervenção de um magistrado?

O que está em causa é demasiado sério e exige que se levantem, alto, todas as vozes que contam no Portugal democrático. A começar, naturalmente, pelos jornalistas. E, neste caso, o caminho não é apenas protestativo: deve também abranger, com urgência, a reflexão sobre uma das questões de fundo, que é a percepção pública de que eventuais violações deontológicas ficam frequentemente impunes.

Enquanto os jornalistas não criarem as condições, organizacionais e normativas, tendentes à existência de um sistema auto-regulatório que não passe à margem de sanções efectivas, continuará aberta a via para que outros se lhes substituam. Com os resultados que estão agora à vista...

## TEXTO 3

Expresso 17:14 21 Fevereiro 2006

Desmantelamento interminável

Luísa Meireles

A primeira ronda de negociações sobre o futuro do estatuto do Kosovo terminou hoje, em Viena, sob a supervisão das Nações Unidas e do seu enviado especial, o finlandês Martti Ahtisaari. Foram precisos sete anos, desde a guerra de bombardeamentos da NATO, para se chegar até aqui.

O resultado destes dois dias de conversações é magro e ninguém esperaria outra coisa, é apenas uma primeira aproximação. Mas o desfecho, esperado no decurso de 2006, já todos o conhecem: vai ser a independência do Kosovo, que assim o decidiram e fizeram constar as grandes potências internacionais - no caso, as seis nações que fazem parte do chamado Grupo de Contacto (Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Rússia e Estados Unidos). Quando todos pensavam que estava arrumada a vaga das independências na Europa, eis que de novo ela surge em cima da mesa. Até ao final do ano, é bem possível que surjam três novos Estados na Europa: Kosovo, Montenegro e Sérvia.

Quinze anos e três guerras depois (Croácia, Bósnia e Kosovo), o desmantelamento da antiga Jugoslávia continua. No centro ainda, a Sérvia. As negociações do Kosovo vão ser um teste: à habilidade internacional e à capacidade de encontrar uma solução que, se não agrada, pelo menos contente ambas as partes. Vai ser difícil. Os albaneses (kosovares) não querem nada mais senão a independência, os sérvios a autonomia e nada mais que isso.

Há sete anos, havia 200 mil sérvios numa população total de 1,8 milhões de habitantes. Hoje, os dados mais fiáveis dizem que ainda sobrevivem na antiga província sérvia, hoje sob administração da ONU, 80 mil sérvios - e eu até acho muito, tendo em conta o clima de medo interétnico e a instabilidade económica do Kosovo, que se transformou numa região de muitos tráficos. Os outros saíram há muito, expulsos pela guerra (1999) ou pelos tumultos anti-sérvios (2004). Não voltaram. Os que restam estão espalhados pelo território em enclaves precários, «eticamente homogéneos», patrulhados pelas forças da NATO (16500 efectivos, entre os quais 300 portugueses).

A convivência não parece possível tão cedo e a solução da independência - se se concretizar - vai ter de fornecer sérias garantias à minoria sérvia, coisa com que, até agora, os albaneses não se preocuparam. Um cenário de êxodo maciço selaria o fracasso da intervenção ocidental e acabaria de vez com o sonho de um Kosovo multiétnico acalentado pela ONU. Seguramente por causa disso, as forças internacionais vão ter de se manter por lá por uns bons anos. É isso que os albaneses admitem como **«independência condicional»**. O que este «condicional» custará à comunidade internacional - leia-se Europa que, em breve, vai ter de garantir sozinha a segurança na região, tal como já o faz na Bósnia, é que ainda se vai ver. Alguém vai ter de garantir que o Kosovo não se vai unir à Albânia e, já agora, que não se abram precedentes de «nações étnicas».

É que ainda falta o Montenegro. A actual União da Sérvia e do Montenegro (uma espécie de Jugoslávia emagrecida, a quem já chamaram Solanolândia devido ao empenho do Alto Representante da Política Externa da União Europeia na sua concretização) está por um fio. Aguarda-se para Abril a

realização de um referendo em que os montenegrinos dirão se querem ou não manter-se associados aos sérvios (o governo quer a secessão, a oposição não). E faltará depois saber a reacção sérvia: nisto das separações tem que ser a dois, queira-se ou não. De nada serviram os apelos da UE para esperarem pelo menos pelo fim das negociações do Kosovo. Nos Balcãs, têm todos sempre pressa. Com os tristes resultados conhecidos.

## TEXTO 4

O Globo - 23 de fevereiro de 2006

O cartel do governo

Carlos Alberto Sardenberg

O governo intervém no mercado para reduzir o preço do álcool e termina por aumentar a gasolina. No final da história, os dois preços estão mais caros pela razão mais simples: o consumo de álcool, açúcar e petróleo está em alta no mundo todo.

Isso é boa notícia. Significa que a economia mundial cresce com vigor. E muito especialmente para o Brasil, as notícias são sensacionais. Os usineiros modernizaram sua produção, livraram-se da dependência do governo e dominaram o mercado internacional de açúcar, entregando mercadoria de qualidade ao menor preço.

A tecnologia local que produziu o carro flex é outro sucesso mundial, que já aumentou o consumo local de álcool e, obviamente, aumenta o potencial de demanda pelos demais países. O Brasil poderá exportar o carro, a tecnologia e o combustível.

Ao mesmo tempo, o governo brasileiro está ganhando a batalha diplomática pela redução dos subsídios e da proteção que a União Européia concede a seus produtores de açúcar. O que, de novo, aumentará o mercado global para os usineiros brasileiros.

Difícil encontrar um exemplo tão acabado de globalização eficiente em ambiente de mercado livre.

Nessas situações, preços caem e sobem. Ainda mais que se trata de agricultura, com seus períodos de safra e entressafra. Mas como combustível em alta tem impacto eleitoral negativo, vem o governo e promove um descarado cartel. Chama a Única, entidade que reúne os principais usineiros, e combina um preço para o litro de álcool.

A combinação, no caso, é para baixar, supostamente a favor do povo. Mas continua sendo cartel oficializado. Como o governo poderá reclamar quando os usineiros combinarem entre si um preço mais alto, com o nobre propósito, digamos, de evitar desemprego no setor?

Tentou-se utilizar um instrumento de segunda, controles governamentais, sobre um mercado de primeira. Não podia dar certo.

Certamente há coisas a fazer, embora não para tentar garantir álcool combustível a preço de banana. É possível evitar volatilidade exagerada com instrumentos de mercado na também eficiente e globalizada Bolsa de Mercadorias & Futuros.

A parte do governo é óbvia: a redução de impostos, tanto os internos quanto os de importação. A eliminação e/ou redução de Cide e ICMS derrubaria imediatamente os preços na bomba. A importação livre tem o objetivo de aumentar a competição, mas, para falar a verdade, de efeito duvidoso no caso. Afinal, o Brasil é o maior exportador e os preços lá fora é que estão em alta. De todo modo, um mercado mais aberto e livre estimularia a única solução para equilibrar as coisas: o aumento da produção.

Tudo considerado, eis o resumo da ópera: não se pode querer mercado global para alavancar um setor da economia e, depois, tentar controlar esse mesmo mercado para derrubar preço em ano de eleição.

Outra lição é admitir que, em economia, como na vida, tudo tem verso e reverso. Combustíveis estão caros porque o consumo cresce no mundo todo — uma boa coisa — e a produção não acompanha — um problema. Os investimentos demoram a gerar efeitos e, além disso, há restrições políticas por toda parte, especialmente com petróleo.

Também há restrições ambientais, impostas pelos governos no mundo todo, com ampla aceitação. Tudo bem, mas tem um custo. Menos produção — porque não se pode tirar petróleo de vários sítios, por exemplo — e gastos maiores com os cuidados ambientais elevam os preços globais.

Aqui, o necessário aumento da área de plantação de cana coloca problemas — e gastos — ambientais. E sociais. A queima da cana, que facilita a operação de corte, é poluente. O trabalho de cortar a cana é penoso. A mecanização resolve os dois problemas: não se queima mais nada e os trabalhadores operam máquinas modernas, em cabines que podem ter ar-condicionado. Só que uma máquina colheitadeira, funcionando 24 horas, desemprega mais de 40 cortadores.

A escolha é sempre difícil. É sempre melhor, porém, em vez de tentar barrar as forças do mercado, deixá-las funcionar pelo bom motivo de que geram riqueza e empregos. Mas é preciso cuidar, aí sim, com ações públicas, dos que são alijados. No caso, por exemplo, uma política de re-treinamento e recolocação dos cortadores.

Quanto aos combustíveis, pelo menos os que temos aí, é preciso admitir o fato da vida: são caros.

## TEXTO 5

Folha de São Paulo - 23/02/2006

A esquerda morreu?

Hélio Schwartsman

Esquerda, direita. Essas noções já fizeram mais sentido. Estou falando, evidentemente, dos conceitos políticos e não das referências espaciais, as quais, apesar das rápidas transformações por que o mundo vem passando, permanecem relativamente claras.

Explicarei melhor aonde quero chegar. Na semana passada, meu amigo Marcos Augusto Gonçalves, que agora edita a Folha Ilustrada, pautou, co-escreveu e publicou uma interessante reportagem em que falava do surgimento de uma nova direita no Brasil. A crise que atingiu o PT estaria fazendo com que as pessoas perdessem o medo de declarar-se "de direita".

Não entro no debate para afirmar ou negar que estejam ocorrendo mudanças na percepção do balanço de forças das correntes ideológicas nem discuto o mérito das figuras escolhidas para emblematizar a "nova direita", algumas das quais prezo bastante. Meu objetivo é ao mesmo tempo mais simples e mais ambicioso. Pergunto-me se a dicotomia que divide a política em esquerda e direita faz sentido e, em caso, afirmativo, como definir esses conceitos.

Começemos com um pouco de história. Tudo teve início na França do século 18, quando o rei Luís 16 -aquele mesmo que perderia a cabeça com a Revolução-- se viu obrigado pelas circunstâncias a convocar os Estados Gerais, uma espécie de assembléia nacional ampliada. Provavelmente por acaso, os dois primeiros "estados", isto é, a nobreza e o clero, se sentaram à direita da cadeira reservada ao rei. Ao terceiro estado, a burguesia, restou o lado esquerdo. Como nobres e padres defendiam e apoiavam idéias conservadoras, "direita", por metonímia, passou a designar o grupo dos que se opõem a mudanças políticas; "esquerda", por sua vez, passou a indicar os que são favoráveis a alterações.

Diga-se, "en passant", que essa divisão nunca foi muito "justa" com a direita. Afinal, são muito poucos os que olham para o mundo tal como ele é, com todas as suas injustiças e pequenas e grandes perversidades, e concluem que não há nada a melhorar. Além disso, mesmo aqueles empenhados apenas em manter seus privilégios de classe sempre souberam que era preciso muitas vezes ceder. A essência desse pensamento foi captada na tão magistral quanto surrada fórmula de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, em "O Leopardo": "Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi. Mi sono spiegato?" ("Se queremos que tudo permaneça como está, é preciso que tudo mude. Fiz-me entender?").

É claro que as coisas se sofisticaram um pouco dos anos 1780 para cá. Depois da profusão de correntes anarquistas e socialistas que surgiram e ganharam ímpeto no século 19, ser "de esquerda" passou quase que automaticamente pertencer a uma delas. Especularmente, todas as linhas de pensamento que não defendiam ou bem a revolução ou a transformação radical da sociedade por meio de mudanças na forma de organização social se viram colocadas no campo da direita.

E as coisas só se complicaram depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, e do ocaso da velha União Soviética, em 1991. O marxismo, é evidente, sofreu um tremendo de um baque. A idéia de revolução, se não foi sepultada, foi

colocada num gelado gulag, onde permanece até hoje. Órfãos de uma teleologia, militantes da esquerda começaram a refazer seus cálculos políticos, de modo a encontrar aliados para seguir enfrentado aqueles que enxergavam como seus adversários do momento. Surgiram daí misturas improváveis, como a que juntou autoproclamados representantes da esquerda a grupos religiosos ou a tecnóforos antitransgênicos. O resultado é uma baita de uma confusão, pois nesse processo foram sacrificadas algumas das bandeiras tradicionais da esquerda, como o direito ao aborto e a confiança no progresso científico, hoje tomadas como teses "liberais" (pelo menos no Brasil, um outro nome para a direita).

Se quisermos salvar a distinção direita-esquerda, tarefa que se afigura árdua, precisamos antes de mais nada de um fundamento que vá além de banalidades do tipo conservador/progressista ou amigo/inimigo da mudança, que dizem pouco e explicam menos ainda. Acho que a melhor diferenciação já proposta é de teor filosófico, baseando-se no modo como cada lado avalia a noção de natureza humana.

O direitista clássico seria aquele que aposta numa natureza humana imutável e nada bonita. As pessoas têm forte inclinação a ser ruins, e tudo o que se pode fazer é tentar refrear pela força seus apetites naturais, de modo a tornar a convivência pelo menos possível. Leis rígidas e o apego a uma moral severa é só o que nos impede de decair na selvageria. A economia nada mais é do que a tradução em termos monetários e financeiros dos apetites humanos. Tudo o que tenda a alterar as inclinações naturais das pessoas está fadado ao fracasso.

Já para a esquerda, a natureza humana, se existe, seria pelo menos bastante maleável. O homem é o reflexo de seu ambiente, que pode ser alterado segundo projetos racionais. Obras de engenharia social e intervenções do Estado na economia são possíveis e desejáveis, de modo a tornar o mundo um lugar melhor, e as pessoas, mais felizes.

Não vou entrar no mérito das experiências históricas inspiradas por ambas as correntes. Basta dizer que regimes totalitários prosperaram sob as duas - o nazifascismo e o comunismo são exemplares - e o que de mais notável produziram foram pilhas e pilhas de cadáveres.

Alguns vêem nesses e em outros eventos históricos pouco abonadores para nossa espécie a prova insofismável de que a natureza humana é ruim, o que daria razão à direita. De minha parte, que sempre torci para a esquerda - assim como nasci e cresci corintiano, fui educado num lar de esquerda, acho que precisamos matizar um pouco esse fatalismo.

Não há dúvida de que o homem pode ser profunda e visceralmente mau. Frequentemente o é, mas nem sempre. É verdade que um miliciano hutu pode mutilar uma criancinha tutsi em Ruanda apenas "por prazer", para ver como ela fica sem seus membros, mas, ao mesmo tempo, encontramos também povos vivendo em relativa harmonia e prosperidade, como os escandinavos hoje. A menos que acreditemos que a diferença nas atitudes sociais entre um sueco e um ruandense seja dada pela genética --e a simples lembrança das barbáries cometidas pelos vikings na Europa ocidental durante a Idade Média prova que não é--, torna-se forçoso concluir que fatores ambientais têm algo a ver com a diferença de comportamento. Ainda que exista uma natureza humana nada apreciável, parece haver também circunstâncias sociais que exacerbam ou contêm nossas piores tendências. Quais são essas condições e como reproduzi-las é uma questão em aberto. De minha parte, custa-me crer que elementos como educação, repartição

das riquezas e a sensação de não ser vítima de injustiça não contribuam para evitar situações como a de Ruanda.

Em tempos nos quais tudo é especialmente confuso e conceitos que nos foram familiares como o de direita e esquerda parecem perder o sentido, julgo oportuno tentar resgatá-los, ainda que para defini-los em outros termos. Não será recorrendo à noção de natureza humana que conseguiremos salvar teses ou teorias políticas em particular, mas repensar velhas idéias sob um novo ângulo é um exercício normalmente útil.

Quanto à esquerda, parece-me precipitado decretar sua morte. É claro que praticamente todas as previsões que Marx, os socialistas e os anarquistas fizeram se revelaram grandíssimos equívocos, mas isso não significa que a humanidade resista todo o tempo aos apelos da razão.

Ao final da Idade do Bronze, um ser humano vivia em média 25 anos. Sucumbia a doenças, predadores e à violência de seus pares. De lá para cá, aprendemos a organizar-nos um pouquinho mais racionalmente e hoje ultrapassamos facilmente as sete décadas de vida em condições algo mais favoráveis. Encontramos meios de moldar a natureza (não sem efeitos colaterais deletérios) e até de curar algumas doenças que nos acompanhavam desde que descemos das árvores. Parece-me prova suficiente de que o homem é capaz de aprender com a observação do meio que o cerca e de oferecer respostas racionais a problemas sociais concretos. Diria até que, ao longo da história da espécie, que se mede na escala das dezenas de milhares de anos, dedicou-se a essa atividade com bastante sucesso. Assim, pelo menos à luz da definição proposta, é cedo para assinar o atestado de óbito da esquerda.

## TEXTO 6

Jornal do Brasil – 23 de fevereiro de 2006

A não violência cristã  
Ives Gandra Martins

Os recentes episódios envolvendo a publicação de caricaturas do profeta Maomé em jornais da Dinamarca, com violenta reação de seus atuais seguidores e até manifestações de solidariedade do governo Bush - cujos atos não têm denotado especial respeito às convicções islâmicas, no Iraque e no Afeganistão - merecem algumas reflexões paralelas.

A primeira delas é que, na defesa de sua fé, os seguidores de Alá não têm limites. Chegam ao fanatismo e ao ponto de sacrificar as próprias vidas pela supremacia de sua fé, considerando todos os que não a professam, infiéis a serviço de forças demoníacas.

A segunda é que também o povo judeu está sempre pronto a reagir a qualquer manifestação que, direta ou indiretamente, possa tisonar sua cultura, sua fé, sua história, considerando-a logo expressão de comportamento anti-sionista e saindo em defesa de seus valores. É o que aconteceu, recentemente, quando a comunidade judaica mobilizou-se para proibir a circulação de livro que punha em dúvida a extensão do holocausto, obtendo sucesso perante a Suprema Corte do Brasil.

Certamente, a capacidade de reação desses dois povos é que tem feito como que jornalistas, escritores e artistas se abstenham de tecer maiores críticas sobre seus valores, costumes e crenças, tanto que poucas vezes, são colocados em xeque ou ridicularizados.

A liberdade de imprensa e de opinião é exercida com muita cautela, cuidado e reticências, quanto à crença de islâmicos e hebreus.

O mesmo não ocorre quando se trata dos valores cristãos. Cristão quer dizer seguidor de Cristo. De rigor, os verdadeiros cristãos não são tantos assim, pois muito se dizem seguidores de Cristo, mas não seguem Suas lições. Apesar do rótulo que ostentam, ainda têm que percorrer um bom caminho para aceitar, até as últimas conseqüências, os compromissos que "Deus feito homem" assumiu pela humanidade ao morrer na cruz, transformando-a no seu símbolo maior.

Os verdadeiros cristãos, todavia, são aqueles que aprenderam a principal lição de Cristo, ou seja, "a não violência", o dar a outra face, o respeito pelo outro, para, na busca da paz, levar os corações a Deus.

É, talvez, por esta razão que alguns jornalistas, artistas, escritores, intelectuais, agnósticos ou ateus, que não têm coragem de atacar os costumes e as crenças -por mais ortodoxos e severos que sejam - de judeus e islâmicos, não se constrangem em criticar, atacar, ridicularizar a figura de Cristo, dos santos, das instituições da Igreja, formulando teorias, sem qualquer base histórica ou de realidade. Por saberem de antemão que a característica dos cristãos é não reagir, elegem-nos como alvo preferencial de suas críticas, ataques e ridicularizações.

Prova inequívoca são os filmes dedicados a deturpar a vida de Jesus, a conspurcar a figura de Maria, Sua mãe. Ou charges como aquelas publicadas recentemente, retratando o Papa Bento XVI, na Alemanha, segurando sua batina branca, em pose semelhante à de Marilyn Monroe, em célebre filme, para evitar que o vento levantasse sua saia. Apesar do mau gosto e do desrespeito, a grosseria

não mereceu nenhuma reação da Igreja Católica, o que contrasta com a espetacular violência deflagrada no mundo islâmico, à vista daquelas outras charges que motivaram este artigo.

Hoje, tornou-se "politicamente correto" ficar do lado da maioria, ter convicções às meias, ser tolerante com a degradação de costumes, criticar os valores permanentes, de defesa da dignidade do ser humano.

Sempre que o homem, no curso da história, propôs-se mais a "aproveitar" a vida do que a construí-la sobre o alicerce de sólidos ideais - como Políbio acentuou, em sua História - fez desaparecer a liderança e a falta de exemplo de seus líderes contaminou a sociedade e os Estados, tendo as civilizações decaído.

Voltando, todavia, ao tema, estou convencido de que, nada obstante a "não violência", característica do cristão, poder atrair a preferência crítica dos que não têm coragem de exercê-la contra outras religiões, parecer ser essa, ainda, a grande lição de Cristo para a humanidade, neste momento que o mundo atravessa. A paz é uma grande aspiração e só é possível obtê-la por amor. A história tem demonstrado que, em dois mil anos, com perseguições de toda a natureza - desde os tempos romanos até o marxismo e o materialismo do século 20 - essa continua sendo a melhor lição que os cristãos poderiam dar. Os que atacam a doutrina cristã e seus propagadores, surgem e desaparecem, mas a mensagem de paz, de não violência, dos seguidores de Cristo - aqueles que verdadeiramente compreendem o sentido do mandamento de amar ao próximo, que Ele nos deixou - permanece, para o bem da humanidade.